

Termo de Referência 6/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2023	160146-MEX-COMANDO DA 18 BRIGADA DE INF. FRONTEIRA/MS	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FLORES	13/03/2024 12:03 (v 20.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64297011591202340

1. Aquisição de mat permanente - PAASEx



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

18ª BRIGADA DE INFANTARIA DE PANTANAL

(Brigada Mista/1921)

BRIGADA RICARDO FRANCO

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 64297.011591/2023-40)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanente de saúde (PAASEX), nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNID	CAT MAT	18ª Bda Inf Pan	17ª B Fron	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	EQUIPAMENTO DIAGNÓSTICO CLÍNICO, MÉTODO: ANALISADOR DE ELETRÓLITOS (NA, K, CL CA, LI), AJUSTE DIGITAL PROGRAMÁVEL, MICROPROCESSADOR, CAPACIDADE: ATE 60 AMOSTRA /HORA, ACESSÓRIOS: C/ IMPRESSORA	Unitário	442309	1		1	R\$ 20.716,67	R\$ 20.716,67
2	REFRIGERADOR DE LABORATÓRIO, TIPO: VERTICAL, FAIXA TEMPERATURA INTERNA: FAIXA DE 2 A 8 C, TIPO COMANDO: PAINEL DE CONTROLE DIGITAL, TIPO ALARME: ALARME VISUAL E SONORO, TIPO CONTROLE: DEGELO AUTOMÁTICO E EVAPORAÇÃO DE ÁGUA, TIPO PORTA: PORTA DE VIDRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: C/ SAÍDA USB, ATÉ 7 GAVETAS / PRATELEIRAS, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: BIVOLT V, CAPACIDADE:504 L	Unitário	474216	1		1	R\$ 11.636,67	R\$ 11.636,67
	CADEIRA ODONTOLÓGICA COM 3 POSIÇÕES DE TRABALHO PROGRAMÁVEIS E "VOLTA A ZERO" AUTOMÁTICO; CABECEIRA MULTIARTICULADA TIPO PRESSCLICK E POSIÇÃO DE EMERGÊNCIA (-5º DO ENCOSTO), ESTOFAMENTO PREMIUM EM COURO; BRAÇOS DIREITO E ESQUERDO, SENDO O DIREITO ESCAMOTEAVEL, FACILITANDO O ACESSO DO PACIENTE; ENCOSTO COM POSSIBILIDADE DE							

3	<p>MOVIMENTAÇÃO A -5º, PERMITINDO O ACESSO A ARCADA INFERIOR E SUPERIOR. DISPENSA FIXAÇÃO AO PISO. DUAS MOLAS A GÁS (ISENTO DE ÓLEO) PARA PRESERVAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO. PINTURA ELETROSTÁTICA COM BACTERICIDA, BASE REVESTIDA COM CARENAGENS EM ABS DE ALTO IMPACTO, A FIM DE EVITAR OXIDAÇÃO. O EQUIPAMENTO DEVE TER INTEGRAÇÃO DA CAIXA DE CONEXÃO DO CONJUNTO AO CAPÔ DA CADEIRA PARA FACILITAR O ESPAÇO. PEDAL DE COMANDO TIPO JOYSTICK MÓVEL. DEVE POSSUIR 4 COMANDOS INDIVIDUAIS (SOBE E DESCE ASSENTO E ENCOSTO), 4 MOVIMENTOS AUTOMÁTICOS SINCRONIZADOS, SENDO 3 POSIÇÕES DE TRABALHO PROGRAMÁVEIS PELO CD, VOLTA A ZERO AUTOMÁTICA E POSIÇÃO DE CUSPIR (SUBIDA DO ENCOSTO, ACIONAMENTO DA ÁGUA DA CUSPIDEIRA TEMPORIZADO E DESLIGA REFLETOR). PLACAS DE COMANDO SOB O ASSENTO DA CADEIRA, A FIM DE EVITAR OXIDAÇÃO. REFLETOR LED COM PUXADOR BILATERAL, INTENSIDADE DE LUZ VARIÁVEL COM ACIONAMENTO NA BASE DA CADEIRA E POR SENSOR, ALÉM DE ESPELHO MULTIFACETADO E PROTEÇÃO FRONTAL TRANSPARENTE DE POLICARBONATO; VÁLVULAS INDIVIDUAIS COM SISTEMA ANTI-REFLUXO, A FIM DE EVITAR CONTAMINAÇÃO CRUZADA. RESERVATÓRIO DE ÁGUA TIPO PET COM FILTRO, EVITANDO ENTUPIAMENTOS DOS INSTRUMENTOS. PUXADOR ERGONÔMICO. UNIDADE AUXILIAR REBATÍVEL COM ABERTURA EM 90º GRAUS, PARA</p>	Unitário 416184	1	1	R\$ 35.036,03	R\$ 35.036,03	
---	---	-----------------	---	---	---------------	---------------	--

	PROCEDIMENTOS A QUATRO MÃOS. CUBA REMOVÍVEL. ACIONAMENTO DA ÁGUA DA CUSPIDEIRA AUTOMÁTICO COM TEMPORIZADOR, EVITANDO DESPERDÍCIO DE ÁGUA. ESTRUTURA EM AÇO REVESTIDA EM ABS COM BACTERICIDA. BRAÇO EXTENSOR EQUIPADO COM 01 SUGADOR VENTURI, 01 SUGADOR DE ALTA POTÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, COM MAIOR PODER DE SUÇÃO. ACOMPANHA MOCHO AUXILIAR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: BASE COM CINCO RODAS, ALTURA DO ASSENTO E RECLINAÇÃO DO ENCOSTO REGULÁVEL, ATRAVÉS DE ALAVANCAS INDIVIDUAIS, ACIONAMENTO A GÁS. ASSENTO TIPO SELA E ESTOFAMENTO ; EQUIPO COM SENSOR CAPACITATIVO E TRAVAMENTO PNEUMÁTICO, BANDEJA ÚNICA EM AÇO INOX, SISTEMA ANTIREFLUXO, VÁLVULA ANTIRRETRAÇÃO E FILTRO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS NO RESERVATÓRIO DE ÁGUA, ALÉM DE 4 TERMINAIS (1 SERINGA TRÍPLICE, 2 SAÍDAS PARA ALTA ROTAÇÃO E 1 SAÍDA PARA BAIXA ROTAÇÃO); MOCHO ANATÔMICO (ERGONÔMICO). CARENAGEM EM ABS.							
4	<p>CARRO DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR, ESTRUTURA: CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL, GAVETAS:04</p> <p>GAVETAS, SENDO A 1a COM DIVISÃO, SUPORTE: SUPORTE PARA MONITOR, BASE GIRATÓRIA, RODÍZIOS: COM RODÍZIOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: SUPORTE SORO E CILINDRO DE O2, ACESSÓRIOS: TÁBUA DE</p>	Unitário	410761	1	1	R\$ 2.428,00	R\$ 2.428,00	

	MASSAGEM CARDÍACA, ACESSÓRIOS 01: EXTENSÃO ELÉTRICA, MÍNIMO 5 METROS E ATÉ 7 PLUGS, ACESSÓRIOS 02: TRAVA DE GAVETAS COM LACRE							
5	LARINGOSCÓPIO, TIPO LÂMPADA DE LED, COMPONENTES: C/ 5 LÂMINAS, COMPONENTES ADICIONAIS C/CABO, MATERIAL 2: EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO CABO: INFANTIL, EMBALAGEM: C/ ESTOJO	Unitário	445607	1		1	R\$ 805,53	R\$ 805,53
6	MICROSCÓPIO, TIPO DE ANÁLISE ÓTICO, TIPO TRINOCULAR, AUMENTO C/ OBJETIVAS ATÉ 100X, OCULARES ATÉ 10X, COMPONENTES ILUMINAÇÃO EM LED, REFLETIDA E TRANSMITIDA, ADICIONAL INCLINAÇÃO ATÉ 30	Unitário	440762	1		1	R\$ 29.911,67	R\$ 29.911,67
7	LARINGOSCÓPIO, TIPO LÂMPADA DE LED, COMPONENTES C/ 6 LÂMINAS, COMPONENTES ADICIONAIS C /CABO, MATERIAL 2 EM AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO CABO ADULTO, EMBALAGEM* C/ ESTOJO	Unitário	445606	2		2	R\$ 906,67	R\$ 1.813,34
8	OTOSCÓPIO, TIPO CLÍNICO, MODELO FIBRA ÓTICA, PORTÁTIL, ALIMENTAÇÃO BATERIA RECARREGÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÂMPADA HALÓGENA, JOGO DE ESPÉCULOS REUTILIZÁVEIS	Unitário	376088	3		3	R\$ 415,64	R\$ 1.246,92
	APOIO DE BRAÇO PARA COLETA DE SANGUE, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DA ESTRUTURA ESMALTADO, REGULAGEM							

9	REGULAGEM DE ALTURA POR MANOPLA, PÉS COM 4 PÉS EM FERRO FUNDIDO, ESTOFADO ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REVESTIMENTO PLÁSTICO RESISTENTE	Unitário	407736	2		2	R\$ 204,03	R\$ 408,06
10	PORTA-AGULHA INSTRUMENTAL, MODELO MAYO HEGAR, TIPO PONTA PONTA RETA, CARACTERÍSTICA PONTA C/ VÍDEA, HASTE HASTE RETA, ADICIONAL 1 COM TRAVA, COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 18 CM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE ESTERILIZÁVEL	Unitário	471154	2		2	R\$ 145,58	R\$ 291,16
11	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO 1 PADRÃO, TIPO PONTA PONTA RETA, CARACTERÍSTICA PONTA ROMBA ROMBA, HASTE HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 16 CM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE ESTERILIZÁVEL	Unitário	471461	2		2	R\$ 30,00	R\$ 60,00
12	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1 DENTE DE RATO, FORMATO PONTA PONTA RETA, TIPO PONTA 1 X 2 DENTES, COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 16 CM, COMPONENTE S/ CREMALHEIRA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE ESTERILIZÁVEL	Unitário	467997	5		5	R\$ 20,46	R\$ 102,30
13	PINÇA ANATÔMICA, MODELO 1 DISSECÇÃO, FORMATO PONTA PONTA RETA, TIPO PONTA SERRILHADA, COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 16 CM, COMPONENTE S/ CREMALHEIRA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE ESTERILIZÁVEL	Unitário	467746	5		5	R\$ 25,79	R\$ 128,95
	DISPOSITIVO P/ MEDIDAS ANTROPOMÉTRICAS, TIPO* TIPO BALANÇA C/ RÉGUA,							

14	MODELO MECÂNICA, MATERIAL* AÇO C/ PINTURA ELETROSTÁTICA, ESCALA GRADUAÇÃO C/ ESCALA MÉTRICA- MM E CM, FAIXA MEDIÇÃO CERCA DE 2,0 M, COMPONENTE II TAPETE DE BORRACHA, COMPONENTE III PÉS REGULÁVEIS, CAPACIDADE MÁXIMA CARGA ATÉ 200 KG	Unitário	442497	2		2	R\$ 1.409,89	R\$ 2.819,78
15	DETECTOR FETAL, TIPO PORTÁTIL, AJUSTE* AJUSTE DIGITAL E TELA GRÁFICA, MATERIAL GABINETE PLÁSTICO, TIPO DE ANÁLISE AUSCULTA BCF, FLUXO SANGUÍNEO PLACENTA E CORDÃO, FAIXA MEDIÇÃO BCF ATÉ CERCA 200 BPM, FREQUÊNCIA ATÉ CERCA 2,2 MHZ, FONTE ALIMENTAÇÃO À BATERIA, COMPONENTES C/ ALTO FALANTE, TRANSDUTOR, OUTROS COMPONENTES ENTRADA AUXILIAR	Unitário	454905	1		1	R\$ 495,42	R\$ 495,42
16	BIOMBO HOSPITALAR, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO TRIPLO DOBRÁVEL, ALTURA CERCA DE 1,80 M, COMPRIMENTO 1,80 APROXIMADAMENTE, ABERTO, TIPO DE RODÍZIO PONTEIRAS GIRATÓRIAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DIVISÓRIAS EM PVC	Unitário	444802	5		5	R\$ 680,76	R\$ 3.403,80
17	MACA DE RESGATE, MATERIAL POLIETILENO, TIPO PRANCHA, TAMANHO ADULTO, LARGURA CERCA DE 0,40 M, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 250 KG, COMPONENTES ATÉ 5 CINTOS DE SEGURANÇA, COMPONENTES 01 CINTO IMOBILIZADOR PARA CABEÇA	Unitário	411867	1		1	R\$ 656,17	R\$ 656,17
	ESTABILIZADOR TENSÃO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO							

18	ENTRADA BIVOLT V, TIPO NOBREAK, TENSÃO SAÍDA 120 V, CAPACIDADE NOMINAL 5 KVA, AUTONOMIA BATERIA 15 MIN A PLENA CARGA	Unitário	450742	2		2	R\$ 8.122,82	R\$ 16.245,64
19	ARMÁRIO ESCRITÓRIO, MATERIAL MDP, QUANTIDADE PORTAS 2 UN, MATERIAL PORTA MADEIRA MDP, QUANTIDADE PRATELEIRAS 2 UN, LARGURA 80 CM, ALTURA 740 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FECHADURA FRONTAL, E PUXADORES, PROFUNDIDADE 50 CM, ACABAMENTO SUPERFICIAL LAMINADO MELAMÍNICO, COR CARVALHO MALVA, MATERIAL BASE AÇO COM SAPATAS NIVELADORAS, TIPO BAIXO, ESPESSURA TAMPO 25 MM	Unitário	458657	6		6	R\$ 708,33	R\$ 4.249,98
20	TELEVISOR, TAMANHO TELA 50 POL, VOLTAGEM BIVOLT V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SMART TV, FULL HD, ENTRADAS HDMI/USB, CONVERSOR D I, TIPO TELA LED, ACESSÓRIOS CONTROLE REMOTO	Unitário	443965	1		1	R\$ 2.391,37	R\$ 2.391,37
21	AUTOCLAVE VITALE CLASS 12 LITROS – MARCA CRISTOFOLI DIMENSÃO DO PRODUTO: 49x35x36 CM; 20 QUILOGRAMAS. DIGITAL, FÁCIL MANUSEIO DESIGN MODERNO. BIVOLT AUTOMÁTICO -127/220V, QUE PERMITE SER UTILIZADO EM REDES ELÉTRICAS COM VARIAÇÕES ENTRE 95 ATÉ 254V. PROGRAMA ÚNICO DE ESTERILIZAÇÃO. TEMPERATURA DE PRESSÃO EXIBIDOS POR LEDS. DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICAS QUE GARANTAM MAIOR SEGURANÇA. TAMPA E CÂMARA EM AÇO INOX, QUE FACILITA A LIMPEZA. SECAGEM EFICIENTE COM PORTA ENTREABERTA. CONTA COM 21 SISTEMAS DE SEGURANÇA ENTRE OS QUAIS:CHAVE E TRAVA DA PORTA, SISTEMAS ELETRÔNICO DE CRUZAMENTO DE DADOS E SISTEMA	Unitário	389393	1		1	R\$ 5.346,60	R\$ 5.346,60

	ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA. (CATMAT 389393)							
22	SELADORA EMBALAGEM, MATERIAL POLIPROPILENO/VOLTAGEM 110/220V, FUNCIONAMENTO: MANUAL, APLICAÇÃO:VEDAÇÃO ENVELOPE DE ESTERELIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONTROLADOR TEMPO DE SOLDA, SELAGEM DE 30 CM. (CATMAT 466474)	Unitário	466474	1		1	R\$ 769,43	R\$769,43
23	BOMBA DE INFUSÃO MODELO SP750, DA MARCA CONTEC COM SISTEMA DE SEGURANÇA QUE IMPEDE A PASSAGEM DE LIQUIDO CASO A PORTA DA BOMBA DE INFUSÃO ABRA ACIDENTALMENTE; ALTA PRECISÃO PARA DETECTAR BOLHAS DE AR, IMPEDINDO QUE ENTREM NO CORPO DO PACIENTE; O SISTEMA ANTI BOLUS PREVINE QUE OBSTRUÇÕES DESAPAREÇAM REPENTINAMENTE CAUSANDO INJEÇÕES DE ALTA DOSE NO PACIENTE; OS PARAMETROS DE DE INFUSÃO SÃO PROTEGIIDOS DURANE TODO O PROCEDIMENTO CONTRA MUDANÇAS ARBITRÁRIAS, ALTA PRECISÃO NA ENTREGA DE FLUIDOS, ATINGINDO, ATINGINDO BONS RESULTADOS DE INFUSÃO, DISPLAY LCD DE 2.8 POLEGADAS; O TEMPO RESIDUAL PODE SER EXIBIDO DURANTE A INFUSÃO, POSSUI FUNÇÃO DE LEMBRETE PARA INICIAR PARA INICIAR A INFUSÃO, ALARME PARA OCLUSÃO, BOLHAS DE AR, PORTA ABERTA E FUNCIONAMENTO ANORMAL DO MOTOR; ALARME DE LIMITE DE PRESSÃO PODE SER AJUSTADO PELO USUÁRIO; A INFUSÃO PARA AUTOMATICAMENE CASO TOQUE ALGUM ALARME (COM EXCEÇÃO DE “INFUSION WILL OVER!”,” KVO” E “LOW BATERRY”); O EQUIPAMENTO É CARREGADO ATRAVES DE BATERIA EXTERNA E TAMBEM POSSUI UMA BATERIA DE LÍTIO EMBUTIDA. (CATMAT 421327)	Unitário	421327	1		1	R\$ 5.828,25	R\$ 5.828,25

24	CARDIOVERSOR BIFÁSICO CARDIOMAX COM OXIMETRIA MARCA PASSO- INSTRAMED. POSSUI ECG, DEFIBILADOR, OXIMETRIA, MARCA PASSO, BAIXO PESO, ALÇA ROBUSTA E CONFORTÁVEL, PRONTO PARA USAR EM MENOS DE 6 SEGUNDOS, DESENHO SEM CANTOS VIVOS, IDEAL PARA O TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA OU USO EM LOCAIS FIXOS, ENERGIA BIFÁSICA ENTREGUE DE ATE 360 JOULES. BATERIA INTERNA, FÁCIL DE SUBSTITUIR, PERMITE MAIS DE 100 CHOQUES. DIMENSÕES COM PÁS: 30,0 CM (LARGURA) 21,5 CM (PROFUNDIDADE) 28,0 CM (ALTURA). (CATMAT 433496)	Unitário	433496	1		1	R\$ 20.321,67	R\$20.321,67
25	CADEIRA DE ESCRITÓRIO TIPO PRESIDENTE PREMIUM, CADEIRA BRIZZA PRESIDENTE ERGONOMICA, NA COR PRETA. EM POLIESTER – PLAXMETAL. RODIZIOS: PU 50 MM, MECANISMOS: RELAX, APOIO DE BRAÇO: REGULÁVEL 3 D. (CATMAT 390178)	Unitário	390178	2		2	R\$ 835,63	R\$ 1.671,26
26	DEFIBRILADOR TIPO EXTERNO AUTOMÁTICO, RECURSOS INTEGRADOS CARDIOVERSOR C/ SINCRONISMO, TIPO ONDA BIFÁSICA, TEMPO MÁXIMO CARGA ATÉ 10 S, PESO CERCA DE 6 KG, ALIMENTAÇÃO 110/220V, BATERIA EXTERNA, COMPONENTE TECLAS P/ CARGA REGULÁVEL DE 1 A 360 J, COMPONENTES ADICIONAIS CABO DE FORÇA 3 PINOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BOTÃO LIGA/ DESLIGA FRONTAL, TIPO MÓDULO PORTÁTIL, C ALÇA TRANSPORTE. (CATMAT 425249)	Unitário	425249	3		3	R\$ 8.963,95	R\$ 26.891,85
	CADEIRA DE RODAS TIPO FUNCIONAMENTO MANUAL, TIPO CONSTRUTIVO DOBRÁVEL, MATERIAL ESTRUTURA AÇO CARBONO, ESTRUTURA ACABAMENTO PINTURA EPÓXI, TIPO USO LOCOMOÇÃO,							

27	TAMANHO ADULTO, APOIO BRAÇO APOIO BRAÇOS FIXOS, ACABAMENTO DO ENCOSTO E ASSENTO ENCOSTO E ASSENTO EM NYLON, APOIO PERNAS ELEVÇÃO DE PERNAS, APOIO PANTURRILHA, TIPO DE PNEU PNEUS DIANTEIRO MACIÇOS, TIPO PNEU TRASEIRO MACIÇO, TIPO FREIO BILATERAL, APOIO PES REMOVÍVEL, CAPACIDADE MÁXIMA ATÉ 250 KG. (CATMAT 418804)	Unitário	418804	3		3	R\$ 1.138,50	R\$ 3.415,50
28	MACA DE RESGATE, MATERIAL POLIETILENO, TIPO FLEXÍVEL, TAMANHO CERCA DE 100X 250 CM, FORMATO ENVELOPE, CAPACIDADE DE CARGA ATÉ 300 KG, COMPONENTES ATÉ 5 CINTOS DE SEGURANÇA, CORREIAS DE FIXAÇÃO, COMPONENTES 01 C/ ALÇAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ BOLSAS E CONJUNTO P/ AMARRAÇÃO (CATMAT 448740)	Unitário	448740	3		3	R\$ 1.378,98	R\$ 4.136,94
29	KIT ELEVÇÃO- SALVAMENTO, KIT CIPA (CATMAT 130770)	Unitário	130770	1		1	R\$ 2.420,97	R\$2.420,97
30	SUPORTE PARA SORO, MATERIAL FERRO, ACABAMENTO DA ESTRUTURA PINTURA EM EPÓXI, TIPO PORTÁTIL E ALTURA REGULÁVEL, RODÍZIOS COM RODÍZIOS, GANCHOS 2 GANCHOS	Unitário	435107	1	3	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00
31	BIOMBO HOSPITALAR, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, ACABAMENTO DA ESTRUTURA ESMALTADO, TIPO DUPLO DOBRÁVEL, ALTURA 1,80 CM, COMPRIMENTO 1,80 APROXIMADAMENTE, ABERTO CM, TIPO DE RODÍZIO 2 PONTEIRAS FIXAS E 1 GIRATÓRIA, ACABAMENTO DO	Unitário	405841	1	2	3	R\$ 553,22	R\$ 1.659,66

	RODÍZIO TERMOPLÁSTICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TECIDO REFORÇADO							
32	ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL MÓVEL COM RODÍZIO PROVIDO DE MOTOR ELÉTRICO À PISTÃO OU DIAFRAGMA COM SISTEMA REDUTOR DE ATRITO A SE, BOMBA COM SISTEMA CO, ISENTO DE ÓLEO; BAIXA EMISSÃO DE RUÍDOS E VIBRAÇÕES, ACIONAMENTO POR PEDAL, MOTOR DE CAPACIDADE COMPATÍVEL, FLUXO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE LIVRE DE ASPIRAÇÃO A PARTIR DE 55L /MIN, VÁCUO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE NÃO INFERIOR 80KPA(-600MMHG, VACUÔMETRO CALIBRADO 0 ATÉ O VALOR MÁXIMO (QUE DEVE SER DE NO MÍNIMO -80 KPA, REGISTRO PARA AJUSTE DE VÁCUO NA FAIXA MANÔMETRO INDICADOR DE VÁCUO; ALARMES ÁUDIO VISUAIS E/OU DISPOSITIVO ANTITRANSBORDO, FILTRO DE AR QUE E	Unitário	60461	1	1	2	R\$ 1.820,33	R\$ 3.640,66
33	CANETA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL ROLAMENTO: ROLAMENTO AÇO INOXIDÁVEL, VELOCIDADE MÁXIMA: VELOCIDADE MÁXIMA MAIOR 400.000 RPM, REFRIGERAÇÃO: 3 OU MAIS FUROS, TROCA DE BROCAS:BOTÃO DE PRESSÃO (PB), TIPO CONEXÃO: CONEXÃO 4 FUROS, TIPO CABEÇA:CABEÇA PEQUENA	Unitário	407025	1	2	3	R\$ 359,67	R\$1.079,01
34	CANETA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, RELAÇÃO TRANSMISSÃO TRANSMISSÃO 1:5, TROCA DE BROCA PRESSÃO CABEÇA (PB, REFRIGERAÇÃO C/ REFRIGERAÇÃO EXTERNA	Unitário	450477	1	2	3	R\$ 2.163,32	R\$ 6.489,96

35	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO JATO BICARBONATO E ULTRASSOM, ASPECTO FÍSICO MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO PLÁSTICO ABS, INDICAÇÃO PERIODONTIA/ ENDODONTIA /PRÓTESE /DENTÍSTICA, FONTE ELÉTRICO, INSTALAÇÃO PONTO DE ENERGIA, COMPONENTES ADICIONAIS BOMBA PERISTÁLTICA/ RESERVATÓRIO P/ LÍQUIDO /PEDAL, COMPONENTES 2 PEÇAS DE MÃO, 3 PONTEIRAS	Unitário	410454	1	2	3	R\$ 1.866,67	R\$ 5.600,01
36	CADEIRA SOBRE LONGARINA, MATERIAL ASSENTO E ENCOSTO ESPUMA DE POLIURETANO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO TECIDO COURÍSSIMO, PLÁSTICO E METAIS, COR PRETA, QUANTIDADE ASSENTOS 4 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONFORME MODELO, COMPRIMENTO LONGARINA 230 CM, MATERIAL ESTRUTURA AÇO, COR LONGARINA PRETA	Unitário	469699	1	3	4	R\$ 952,78	R\$ 3.811,12
37	CARRO AÇO INOX PARA CURATIVO, TIPO ESTRUTURA TUBULAR 1", TAMPO, PRATELEIRA C/ VARAND A, TIPO RODÍZIO RODÍZIOS DE 2", 2 COM FREIOS, 2 GIRATÓRIOS ACESSÓRIOS SUPORTE PARA BALDE E BACIA, OUTROS COMPONENTES BALDE AÇO INOX 5L, BACIA AÇO INOX	Unitário	415893	1	1	2	R\$ 815,34	R\$ 1.630,68
38	PROTETOR RADIOLÓGICO, MODELO AVENTAL FRENTE LONGO E OMBRO, MATERIAL BORRACHA PLUMBÍFERA, COMPONENTE 1 C/ FAIXA ABDOMINAL, PROTEÇÃO TECIDO EQUIVALÊNCIA FRENTE E OMBRO 0,25 MM, ADICIONAL 1 AJUSTÁVEL,	Unitário	475751	1	1	2	R\$ 1.179,69	R\$ 2,359,38

	IMPERMEÁVEL, TAMANHOS ADULTO							
39	CARRO COLETOR LIXO, MATERIAL POLIPROPILENO, COMPONENTES COM TAMPA, CAPACIDADE 120 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 RODAS/ DIMENSAO 93X48X55 CM, COR BRANCA	Unitário	392424	1	3	4	R\$ 360,94	R\$ 1.443,76
40	ESTANTE METÁLICA, MATERIAL AÇO, ALTURA 150 CM, LARGURA 99 CM, PROFUNDIDADE 27 CM, COR CINZA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM 54 GAVETAS	Unitário	452296	1	5	6	R\$ 654,15	R\$ 3.954,90
41	ARMÁRIO AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: FOSFATIZADO ANTI-FERRUGEM, COR: CINZA, QUANTIDADE PORTAS:2 UN, QUANTIDADE PRATELEIRAS:4 UN, ALTURA:198 CM, LARGURA: 90 CM, PROFUNDIDADE:40 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PORTAS COM PUXADOR E FECHADURA, PRATELEIRAS REGULÁ, MATERIAL:CHAPA AÇO 26, APLICAÇÃO:USO GERAL	Unitário	385360	1	1	2	R\$ 958,33	R\$ 1.916,66
42	CADEIRA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA ALUMÍNIO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO COURVIN, MATERIAL ENCOSTO POLIPROPILENO/ ESPUMA POLIURETANO INJETADA, MATERIAL ASSENTO POLIPROPILENO/ ESPUMA POLIURETANO INJETADA, TIPO BASE GIRATÓRIA COM 5 RODÍZIOS DUPLOS, TIPO ENCOSTO ALTO, APOIO BRAÇO COM BRAÇOS REGULÁVEIS, COR PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL A GÁS	Unitário	373523	1	3	4	R\$ 589,67	R\$ 2.358,68

43	ARMÁRIO ARQUIVO, REVESTIMENTO LAMINADO MELAMÍNICO, LARGURA 0,37 M, PROFUNDIDADE 0,41 M, ALTURA 0,64 M, MATERIAL MADEIRA MDF, MATERIAL BASE MADEIRA MDF, COR AZUL E CINZA, TIPO PORTA COM FECHADURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 5 GAVETAS, ESPESSURA LATERAL 20 MM, SUPERIOR 30 MM	Unitário	363018	1	3	4	R\$ 851,72	R\$ 3.406,88
44	MESA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA AGLOMERADO DE ALTA RESISTÊNCIA- MDF, MATERIAL TAMPO AGLOMERADO DE ALTA RESISTÊNCIAMDF, COR TAMPO CINZA CLARO, LARGURA 0,70 M, ALTURA 0,74 M, COMPRIMENTO 1,50 M, ESPESSURA TAMPO 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM BORDAS ARREDONDADAS E SAPATAS NIVELADORAS DE	Unitário	477962	1	3	4	R\$ 751,63	R\$ 3.006,52
45	CADEIRA ESCRITÓRIO, MATERIAL ESTRUTURA AÇO CROMADO, MATERIAL REVESTIMENTO ASSENTO E ENCOSTO COURO, MATERIAL ENCOSTO ESPUMA INJETADA, MATERIAL ASSENTO ESPUMA INJETADA, TIPO BASE GIRATÓRIA COM 5 RODÍZIOS DUPLOS, TIPO ENCOSTO ESPALDAR ALTO, APOIO BRAÇO COM BRAÇOS, COR PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL A GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIPO POLTRONA PRESIDENTE, BRAÇO EM COURO	Unitário	390178	1	3	4	R\$ 793,67	R\$ 3.174,68

VALOR TOTAL DA COMPRA	R\$ 249.623,11
---------------------------------------	---------------------------------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) da assinatura da ATA, observado no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [...]

II) Data de publicação no PNCP: [...]

III) Id do item no PCA: [...]

IV) Classe/Grupo: [...]

V) Identificador da Futura Contratação: [...]

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos estão de acordo com no Art. 5º da Lei 14.133 /21, com redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº 7.746, de 5 JUN 12; incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 JAN 10; Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e subsidiariamente a Lei no 9.985, de 18 JUL 00;

4.1.2. São diretrizes básicas de sustentabilidade a serem adotados pela contratada:

4.1.3. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

4.1.4. Destinação correta dos resíduos sólidos com responsabilidade compartilhada dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes;

4.1.5. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

4.1.6. Redução do consumo de papel, através do controle sobre os impressos por meio do sistema de bilhetagem.

4.1.7. Os itens constantes deste Termo deverão contemplar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando for o caso:

4.1.7.1. Que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.7.2. Que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; ainda, que as embalagens e produtos dos materiais no todo ou em parte, sejam utilizados produtos atóxico e biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; No caso dos gases R-410A e R-22, observar ainda a IN ABNT NBR ISO 4706:2010 (Cilindros de gás — Cilindros recarregáveis, de aço, com costura — Pressão de ensaio menor ou igual a 60 bar);

4.1.7.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –

INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.7.4. Que devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.7.5. Que viabilizem o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.

4.1.8. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.8.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.9. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.9.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento innatura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.9.2. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

4.1.10. Também são proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

4.1.10.1. deposição inadequada no solo;

4.1.10.2. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

4.1.10.3. lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

4.1.10.4. Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

4.1.10.5. utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

4.1.10.6. utilização para alimentação humana.

4.1.11. A contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

4.1.12. Atender os critérios de logística reversa definidos pela Lei nº 12.305, de AGO 10.

4.1.12.1. Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

4.1.12.2. Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

4.1.12.3. Recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

4.1.12.4. Atender às exigências nos termos Art. 5º da IN 01/2010 – SLTI/MPOG:

4.1.12.5. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, Biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.12.6. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.12.7. Executar os serviços sempre priorizando as condições de sustentabilidade.

4.1.12.8. Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos;

4.1.12.9. Manter seus empregados sempre conscientizados sobre as ações de preservação ambiental e redução de impactos ambientais.

4.1.12.10. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração, e a racionalização do consumo de materiais para priorizar o maior tempo de consumo e para o máximo de utilizações possíveis.

4.1.12.11. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, objetivando a correta execução dos serviços;

4.1.12.12. Fornecer e utilizar na execução do Contrato, materiais de boa qualidade, evitando a aplicação de materiais inflamáveis e/ou de fácil combustão, materiais bastante poluentes.

4.1.13. A contratada deverá cooperar para com o desenvolvimento da política ambiental da CONTRATANTE relacionada às boas práticas ambientais na execução do objeto do contrato. Para tanto, deverão ser observadas as seguintes disposições:

4.1.13.1. Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente;

4.1.13.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, sendo que a empresa deve atuar como facilitadora das mudanças de comportamento de empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas;

4.1.13.3. Comunicar à CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;

4.1.13.4. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela CONTRATANTE; Colaborar e participar de forma efetiva no Programa de Coleta Seletiva de Resíduos e no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos, em recipientes para coleta seletiva nas cores disponibilizadas pela CONTRATANTE.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, alínea b), da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. Item 01 - Equipamento Diagnóstico Clínico, método: analisador de eletrólitos (Na, K, Cl, Ca, Li), ajuste digital programável, microprocessador, capacidade: até 60 amostra/hora, acessórios: c/ impressora; Marca solicitada: Roche®; Modelo: AVL 9180. A especificação do equipamento em tese, é preponderante, visto que os equipamentos existentes no laboratório do PMGu/CMDO 18ª Bda, tais como os Analisadores Bioquímico, Hematológico e Hormonal, já existentes, são compatíveis com a marca requerida; e a aquisição de insumos para uso rotineiro e manutenção de um possível Equipamento Diagnóstico Clínico, de marca imprópria, pode se tornar dificultoso ou mesmo inviável, a sua utilização pelo Setor Requisitante. Sendo necessário a marca existente para manter a padronização.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3. *Não há vedações de utilização de marcas.*

Da exigência de amostra:

4.4. *Não havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.*

Da exigência de carta de solidariedade:

4.5. *Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.*

Subcontratação:

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho (NE) ou documento equivalente pelo fornecedor, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

OM	Endereço	Telefone
Comando da 18ª Brigada de Infantaria de Pantanal	Av. General Rondon, nº 1.735, Centro, Corumbá-MS, CEP 79.331-900	(67) 3234-7242
17º Batalhão de Fronteira	Rua Cáceres 425, Centro, Corumbá MS, CEP 79.304-040	(67) 3231-8866

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua

competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.8.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. *Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:*

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. *Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;*

7.12. *A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

7.13. *A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.*

7.14. *Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.*

7.15. *Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.*

7.16. *Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.*

7.17. *Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.*

Prazo de pagamento:

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária, ou outro que o substitua.

Forma de pagamento:

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente

incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação:

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. *Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata O art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.*

8.11. *Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.*

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.12. *Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;*

8.13. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

8.14. *Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

8.15. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;*

8.16. *Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (Estadual/Distrital) ou (Municipal/Distrital) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

8.17. *Prova de regularidade com a Fazenda (Estadual/Distrital) ou (Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

8.18. *Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/Distrital) ou (Municipal/Distrital) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.*

8.19. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

Qualificação Econômico-Financeira:

8.20. *Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;*

8.21. *Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);*

8.22. *Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:*

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante);

eIII - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.23. *Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 2 % do (valor total estimado da contratação) OU (valor total estimado da parcela pertinente).*

8.24. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).*

8.25. *O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)*

8.26. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica:

8.27. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.27.1. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.27.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.27.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.28. *Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:*

8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que está domiciliado na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.28.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 249.623,11 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e onze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Corumbá – MS, 13 de março de 2024.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FLORES

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



Assinou eletronicamente em 13/03/2024 às 10:51:51.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, por satisfazer os requisitos e exigências legais, conforme prescreve o art. 50, §1º, da Lei n. 9.784, de 1999.

ALEXANDRE MINAS BAPTISTA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/03/2024 às 12:03:55.